



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO (CCE)
Departamento de Língua e Literatura vernáculas
Curso de Especialização em Linguagens e Educação a Distância

CLAUDIA KOERICH

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PELA MODALIDADE DE ENSINO A
DISTÂNCIA: DIÁLOGOS PERTINENTES**

Florianópolis
2019

CLAUDIA KOERICH

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PELA MODALIDADE DE ENSINO A
DISTÂNCIA: DIÁLOGOS PERTINENTES**

Texto apresentado ao Curso de Especialização em Linguagens e Educação a Distância – Universidade Federal de Santa Catarina – como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista em Linguagens e Educação a Distância.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Lazzarotto-Volcão.

Florianópolis
2019

CLAUDIA KOERICH

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PELA MODALIDADE DE ENSINO A
DISTÂNCIA: DIÁLOGOS PERTINENTES**

O presente trabalho em nível de especialização foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a Edna Araújo, Professora no CEAD – UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof^o Éverton Almeida, UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de especialista em Linguagens e Educação a Distância.

Prof^a Dr.^a Celdon Fritzen
Coordenador do Programa de Pós Graduação em Linguística
UFSC

Prof^a Dr.^a Cristiane Lazzarotto-Volcão
Orientadora

Florianópolis, 04 de Setembro de 2019

“O pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza”.

(LEV S VYGOTSKY, 2001, p.409).

RESUMO

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), a história da Educação a Distância no Brasil começou em 1904, quando no Jornal do Brasil foi encontrado um anúncio nos classificados oferecendo curso de datilografia por correspondência. A partir desse registro, vários outros fatos aconteceram. Em 1995 foi criado o Centro Nacional de Educação a Distância. De lá pra cá a história da Educação a Distância no Brasil só tem sido fortalecida por melhores infraestruturas e regulamentações. A EaD proporcionou mais oportunidades de qualificação profissional e suas especificidades trouxeram desafios à formação docente. Nesse intuito, esta pesquisa teve como objetivo dialogar sobre o funcionamento da Educação a Distância no Brasil e suas contribuições para a formação docente frente ao referencial de qualidade nacional (2007), bem como os autores Alonso (2010), Moore e Kearsley (2011), Vidal e Maia (2010) e Sommer (2010), que versam sobre a Educação a distância e a formação de professores por esta modalidade de ensino. Foi realizada pesquisa bibliográfica em artigos científicos, monografias e livros sobre a temática. Por meio da pesquisa foi possível compreender que a EaD impactou de maneira positiva a educação brasileira, mais especificamente a formação docente, ampliando o número de professores de educação básica em atividade com formação em nível de graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Educação a Distância - Formação docente.

ABSTRACT

According to the Brazilian Association of Distance Learning (ABED), the history of distance education in Brazil began in 1904, when in the Jornal do Brasil an advertisement was found in the classifieds offering correspondence typing course. From this record, several other facts happened. In 1995 the National Center for Distance Education is created. Since then the history of distance education in Brazil has only been strengthened by better infrastructure and regulation. Distance education provided more opportunities for professional qualification and its specificities brought challenges to teacher education. To this end, this research aimed to dialogue about the functioning of Distance Education in Brazil and its contributions to teacher training in relation to the national quality framework (2007), as well as the authors Alonso (2010), Moore and Kearsley (2011), Vidal and Maia (2010) and Sommer (2010). The training of teachers by this modality of teaching. In this way, a bibliographic research was carried out in scientific articles and free-form books on the subject. Through the research, it was possible to understand that EaD positively impacted Brazilian education, more specifically on teacher training, which increased the number of teachers who enrolled in higher education, as well as giving many of these teachers training at a higher level and also in a way not previously verified.

Key words: Distance learning - Teacher training – E-learning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância.

EaD – Educação a Distância.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC – Ministério da Educação.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

SED – Secretaria de Estado da Educação.

SEED - Secretaria de Educação a Distância

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação.

UAB – Universidade Aberta do Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. METODOLOGIA DE PESQUISA	11
2. RELATOS SOBRE A EaD e SEU SURGIMENTO NO BRASIL	12
2.1 O SURGIMENTO DO REFERENCIAL DE QUALIDADE EaD	14
2.2 A QUALIDADE DA EaD FRENTE AO REFERENCIAL DE QUALIDADE NACIONAL	18
3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PELA MODALIDADE EaD	21
3.1 A EXPANSÃO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES PELA MODALIDADE EaD	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) é um tema sobre o qual acontecem muitos debates desde sua regulamentação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96¹ que preconiza a educação ao alcance de todos. Nesse marco legal, a EaD é vista como modalidade que surge para alcançar e proporcionar oportunidade de estudos aos que não contam com instituições de ensino próximas a suas residências, como também aos que não dispõem de tempo para frequentar o ensino presencial.

De acordo com Hermida e Bonfim (2006), busca-se na construção histórica e nas demandas atuais da sociedade a análise e a reflexão sobre essa modalidade de ensino. Documentos oficiais criados pelo governo, como a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o decreto 5.800/06² (UAB) e os Referenciais de Qualidade para EaD 2003, mostram que a EaD já existe há muitos anos e teve diferentes modelos por meio de distintos programas de capacitação governamentais.

O mercado econômico exige dos profissionais cada vez mais novas habilidades e competências, bem como novos produtos, serviços, profissões, apenas para citar algumas modificações do universo do trabalho em um mundo globalizado. Nesse paradigma, a educação presencial tem dificuldades em absorver a grande demanda por qualificação, principalmente porque muitas pessoas não possuem tempo disponível para frequentar o ensino presencial (HERMIDA e BONFIM, 2006).

Em concordância com Serafini (2012), a necessidade e urgência na obtenção de qualificação profissional colaboraram para que ocorressem questionamentos a respeito da qualidade da EaD, onde no meio profissional e escolar/acadêmico ouvimos relatos por parte de colegas professores a cerca da EaD e sua eficácia, muitos tecendo críticas à EaD, principalmente por considerarem que a temática da EaD deve ter maiores exigências por parte do governo em relação ao credenciamento e aprovação dos alunos em instituições EaD, principalmente se tratando de instituições de ensino privadas.

Para entendermos a complexidade da EaD, há que se olhar para suas especificidades e os fatores que a circundam, tais como educacionais, sociais e culturais, bem como para os recursos tecnológicos e físicos, que envolvem diretamente ou indiretamente o processo de

¹ Decreto que regulamenta a EaD: 2.494/98. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>.

² Decreto que Dispõe sobre a UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm.

ensino e aprendizagem. Deste modo, a preocupação com a qualidade do ensino a distância se evidencia (SERAFINI, 2012).

Atento à questão, o Ministério da Educação (MEC), órgão responsável por fiscalizar e regulamentar as instituições que ofertam cursos na modalidade EaD, tem buscado medidas para descredenciar instituições que não estejam adequadas à legislação, e que, de alguma forma, ofertam ensino de má qualidade e dispõem de professores com pouca qualificação, fatores esses que contribuem para a desconfiança em relação ao funcionamento da EaD e o receio quanto a sua função.

Por meio da observação e convivência no campo educacional brasileiro enquanto pedagoga e pós-graduada em docência na educação infantil formada por uma instituição pública na modalidade de ensino presencial, a temática acerca da EaD sempre despertou interesse em investigar como ocorre o funcionamento de cursos ofertados na modalidade EaD, suas especificidades e qualidade de ensino. Dessa forma, ocorreu a motivação para pesquisar sobre o tema e entender quais as leis que asseguram o ensino a distância e seu funcionamento, a fim de analisar os aspectos organizacionais e seus impactos na formação de professores e, conseqüentemente, em sua prática docente.

A EaD é um tema bastante evidenciado na atualidade e uma modalidade educacional que teve um crescimento significativo nas últimas décadas. Essa exposição se dá devido ao grande número de pessoas que aderiram a essa modalidade de ensino, como reafirmam os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2013³), ao mostrarem que, entre os anos de 2011 e 2012, as matrículas no ensino superior EaD cresceram 12,2%, totalizando mais de 15% do total de matrículas em cursos de graduação, sendo 40,4% dessas matrículas em cursos de licenciatura.

De acordo com Neto *et al* (2007), o aumento na adesão a cursos EaD ocorre devido ao estilo de vida das pessoas, sendo que, no ritmo acelerado em que as pessoas vivem, acabam com pouco tempo para frequentar cursos presenciais, e, com a forte exigência do mercado de trabalho por uma formação superior e continuada, as pessoas optam pelo ensino a distância por que, segundo elas, é mais cômodo e prático.

Assim, este trabalho busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: **A expansão do ensino EaD no Brasil contribui de maneira significativa para que ocorra a formação e qualificação profissional de professores de forma eficaz?**

³ Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>.

Nesta pesquisa, pretende-se investigar como a EaD e sua expansão influenciam na formação profissional de professores, bem como dialogar com o contexto histórico e a legislação vigente com foco no Referencial de Qualidade Nacional para a EaD, tendo como **objetivo geral** dialogar sobre o funcionamento da Educação a Distância no Brasil e suas contribuições para a formação docente frente ao referencial de qualidade nacional. Os **objetivos específicos**, por seu turno, são: Contextualizar a EaD e seu surgimento no Brasil; Problematizar acerca da formação e qualificação de professores pela modalidade de Ensino a Distância frente ao referencial de qualidade EaD; Compreender como ocorre a formação de professores pela modalidade de ensino a distância.

Este trabalho versa acerca da EaD e seu desenvolvimento no Brasil, sendo o primeiro capítulo destinado a metodologia de pesquisa, que expõe e descreve a temática da pesquisa por meio dos temas estudados nos capítulos dois e três. O segundo capítulo destaca os relatos sobre a EaD e seu surgimento no Brasil, incluindo o surgimento do referencial de qualidade EaD e a problematização a cerca da qualidade da EaD frente ao referencial de qualidade nacional; e o terceiro capítulo trata da formação de professores pela modalidade de ensino a distância, destacando aspectos referentes a expansão da formação de professores e qualificação profissional pela modalidade EaD. Assim será realizada uma revisão bibliográfica de artigos e livros que tratam da temática, incluindo documentos norteadores, legislação vigente e decretos de lei.

1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste trabalho foi utilizada a metodologia de pesquisa de natureza bibliográfica, com análise de referencial disponível em livros e artigos publicados a partir do ano 2000 para tratar da temática do surgimento da EaD, contendo seu contexto histórico e sua evolução no país, com o intuito de ressaltar como ocorre a formação e qualificação de professores pela modalidade EaD e como ocorreu sua expansão.

As pesquisas foram realizadas em artigos/dissertações através de busca no SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO e em livros físico envolvendo a temática, desde o seu surgimento, ascensão, e políticas públicas, visando a destacar a importância, desafios e potencialidades dessa modalidade de ensino, incluindo o estudo do Referencial de Qualidade EaD, com

destaque para pesquisas que tratam da formação e qualificação de professores pela EaD, utilizando referencial bibliográfico a partir do ano de 2000.

Atualmente existe uma grande demanda social por níveis mais altos de formação devido à falta de qualificação dos profissionais já inseridos no mercado de trabalho, assim, evidencia-se a importância de estudos que tratem do tema. Desse modo, o estudo está dividido em três capítulos, os quais dialogam sobre aspectos importantes da formação e qualificação de professores pela modalidade EaD.

2 RELATOS SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SEU SURGIMENTO NO BRASIL

A educação no Brasil ao longo de sua história passou por muitas mudanças econômicas, políticas e sociais. De acordo com Alonso (2010), a educação formal seguiu um ritmo em que manteve a seletividade e também a exclusão das pessoas que mais necessitam dela, sendo que a educação a distância surgiu com o intuito de diminuir tal exclusão e possibilitar a todos o acesso à educação, muitas vezes como forma de solucionar problemas relativos à baixa escolaridade da população que acaba afetando o desenvolvimento econômico e tecnológico no país.

De acordo com Van der Linden (2011), apesar da EaD parecer bem atual, ela existe desde o século XIX. Até meados do século XX a educação a distância era realizada pela produção de materiais impressos que eram distribuídos via correios, na época esta modalidade ficou conhecida como “ensino por correspondência - denominada primeira geração”. Ainda no século XX, começou-se a utilizar recursos como rádio e televisão para agregar suporte aos cursos EaD por meio de programas educacionais. Mesmo com os novos recursos, ainda continuaram utilizando os materiais impressos encaminhados via correios.

Como citado por Moore e Kearsley (2011, p. 27),

O motivo principal para os primeiros educadores por correspondência era a visão de usar a tecnologia para chegar até aqueles que de outro modo não poderiam se beneficiar dela. Naquele tempo, isso incluía as mulheres e, talvez por essa razão, elas desempenhavam um papel importante na história da educação a distância.

Como citado por Van der Linden (2011), somente a partir das décadas de 60 e 70, a EaD passou a acontecer por meio transmissões de rádio, televisão, videotexto, mas os materiais escritos continuaram fornecendo os principais embasamentos teóricos. Após esse período, a educação a distância passou a utilizar programas tutoriais informatizados, seguido de transmissões de televisão com maior alcance, havendo após a expansão dos computadores e internet, a troca de informações por meio de disquetes e CD-ROMs. Essa fase envolvendo a introdução da multimídia foi denominada como terceira geração.

Somente no final do século XX é que surgiram as primeiras instituições de ensino superior destinadas exclusivamente para a EaD, sendo que tais instituições possuíam um perfil e metodologias próprios, incluindo o uso de diferentes tecnologias, como vídeos e disquetes de computador, que começava a ser utilizado, ainda que sem a expansão da internet (VAN der LINDEN, 2011).

De acordo com Romanowski (2007), na década de 90, ocorreu a acentuação da expansão da EaD, sendo que muitas instituições de ensino começaram a disponibilizar cursos de graduação, licenciatura e especialização. No ano de 1996⁴, foi criada pelo Ministério da Educação a Secretaria de Educação a Distância, com o intuito de coordenar os programas já existentes e também os que estavam em desenvolvimento nessa modalidade e, desde então, vem acompanhando e apoiando as instituições credenciadas em EaD.

No ano de 1996, a modalidade a distância obteve a legalidade para sua realização com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9394/96⁵ que prevê em seu Art. 80 a possibilidade do uso da modalidade de educação a distância em todos os níveis de escolaridade e modalidades de ensino (LDB, 1996).

Conforme descrito por Atloé e Silva (2005), no ano 2000 foi criada a UNIREDE⁶ (Rede de Educação Superior à Distância), ofertando cursos de graduação, pós-graduação e extensão. No ano de 2004, o MEC criou vários programas de formação e especialização de professores da rede pública de ensino por meio da EaD, sendo que após a criação desses programas é que essa modalidade passou a ter mais visibilidade, divulgação e valorização.

Em maio de 2017, ocorreu a revogação do decreto 5.622/05 que foi substituído pelo decreto 9.057⁷, ficando estabelecida a política de garantia de qualidade aos variados aspectos

⁴ A Secretaria de Educação a Distância – SEED do Ministério da Educação foi criada pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996, e teve a sua estrutura regimental alterada por meio do Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16182-relatorio-gestao-seed-2009-pdf&Itemid=30192.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 10 jun. 2019.

⁶ Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/portal/quem-somos/historico/>. Acesso em 30 jun. 2019.

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24. Acesso em 17 jun. 2019.

relativos à modalidade EaD, quando o MEC anunciou os padrões de qualidade a serem seguidos pelas instituições de ensino.

No ano de 2006, foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) por meio do Decreto 5.800⁸ de 8 de junho de 2006:

O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

- expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- avaliação da educação superior à distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- estímulo à investigação em educação superior à distância no País;
- financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior à distância (VAN der LINDEN, 2011, P. 17),

De acordo com Altoé e Silva (2005), os computadores e a internet chegaram ao Brasil na década de 70, mas, por terem preços inacessíveis, boa parte da população só passou a fazer uso destas tecnologias décadas depois, visto que, com o passar do tempo e a expansão mundial da internet, o acesso foi sendo barateado, o que facilitou a inclusão digital e o aumento da demanda de alunos em busca de cursos EaD no Brasil.

No ano de 2007 foi aprimorada e publicada a proposta referente aos Referenciais de Qualidade para a modalidade de educação superior a distância, que já havia sido escrita e discutida anteriormente pelo MEC no ano de 2003. Nesse período, entre os anos de 2003 e 2007, foram amadurecidas, modificadas e implementadas muitas ideias, principalmente referente às diversas possibilidades pedagógicas que podem ser adotadas na EaD (BRASIL, 2007).

2.1 O SURGIMENTO DO REFERENCIAL DE QUALIDADE EAD

A primeira versão do documento “Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância” foi criada no ano de 2003, sendo que com base na atualização da legislação e na dinâmica do setor foi necessário renovar o documento. No ano de 2007, foi elaborada uma comissão de especialistas para sugerir mudanças na primeira versão do documento. Também

⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em 15 jun. 2019.

foi realizada uma consulta pública durante o mês de agosto daquele ano, quando foram recebidas mais de 150 sugestões e críticas a cerca do tema, das quais a maioria foi incorporada ao documento final (BRASIL, 2007).

O Referencial de Qualidade é embasado na legislação vigente em complemento às determinações específicas da LDB, do Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, do Decreto 5.773⁹, de 09 de maio de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 10 de janeiro de 2007. O Referencial de Qualidade EaD “não tem força de lei, mas serve como norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se refere aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade de ensino a distância” (BRASIL, 2007, p.2).

As orientações contidas no Referencial de Qualidade EaD devem ter função indutora, não somente visando aos termos da própria concepção teórico-metodológica da EaD, mas também da organização de sistemas de EaD no Brasil. No Referencial de qualidade Nacional EaD (2007) é ressaltada a importância do uso inovador da tecnologia no processo educacional, afirmando que a aprendizagem deve proporcionar aos estudantes efetiva interação no processo de ensino e aprendizagem, garantindo assim oportunidades para o desenvolvimento.

A LDB (9394/96) cita em seus artigos 8, 9, 10 e 11 a necessidade de padronização das normas e procedimentos nacionais regulatórios, servindo também como base reflexiva para a criação de referenciais específicos para outros níveis de ensino ofertados a distância, destacando as diferentes possibilidades pedagógicas que a EaD proporciona, incluindo a utilização de tecnologias de informação e comunicação, que na atualidade são discutidas com frequência no meio acadêmico.

De acordo com o Referencial de Qualidade EaD (2007), existem distintos modelos de educação a distância, sendo que os programas podem ter diferentes linguagens e dispor de distintos recursos educacionais e também tecnológicos, agindo cada um de acordo com suas necessidades e com as necessidades dos alunos. Tais necessidades é que definem quais tecnologias e metodologias irão se encaixar melhor nas condições cotidianas dos alunos e da instituição.

Na EaD existem os momentos presenciais, que são essenciais e obrigatórios, conforme a lei, incluindo aos cursos de licenciatura estágios supervisionados com práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, tutoria em polos presenciais e outras estratégias necessárias para qualificar os conteúdos ministrados, garantindo assim, um

⁹ Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

“processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão” (BRASIL 2007, p. 7).

O Referencial de Qualidade EaD (2007) classifica que a compreensão de educação deve ser comum a todos, independente da modalidade de ensino a qual esteja inserida, classificando a educação como fundamento primordial. Por mais que existam vários modelos de organização do sistema de ensino a distância, este possui características específicas e linguagens próprias, sendo que possui uma forte exigência quanto a sua administração, acompanhamento e avaliação, sendo que tais exigências ganham maior relevância quando associadas à discussão política e pedagógica referente às ações educativas.

É necessário que as instituições que oferecem cursos a distância compreendam as características que envolvem os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura, para que consigam contemplar todos os tópicos necessários para que o PPP se torne efetivo. A seguir serão listados os itens que devem ser expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade EaD:

“Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; Sistemas de Comunicação; Material didático; Avaliação; Equipe multidisciplinar; Infraestrutura de apoio; Gestão Acadêmico-Administrativa; Sustentabilidade financeira” (BRASIL, 2007, p. 8).

Em consonância com o Referencial de Qualidade EaD (2007) o mais importante no ensino superior, independente da modalidade de ensino, é o desenvolvimento humano, incentivando uma organização curricular inovadora, independente das diversas combinações possíveis entre o presencial e o virtual, tendo como compromisso a luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As distintas opções demonstradas por meio da interdisciplinaridade e da contextualização precisam ser contempladas nos projetos de cursos ofertados na modalidade de ensino a distância, pois compõe, da mesma forma que o ensino presencial, um processo educativo que deve ter como finalidade a qualidade educacional, contemplando o que determina a legislação brasileira, levando em consideração o ritmo das atividades e os métodos avaliativos, pois os estudantes EaD possuem um ritmo de estudo e aprendizagem diferenciado (BRASIL, 2007).

O desenvolvimento e a expansão da EaD estão relacionados à democratização do ensino e ao acesso às tecnologias de informação e de comunicação. De acordo com o

Referencial EaD (2007), o uso de tecnologias associadas ao campo educacional deve ter respaldo em uma filosofia de aprendizagem que possibilite aos alunos uma interação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem, por meio da criação de oportunidades que possam contribuir para o desenvolvimento de projetos compartilhados, respeitando e reconhecendo as diferentes culturas, contribuindo assim para a construção de conhecimentos por meio da interação e também da interatividade por meio da tecnologia.

É necessário que os cursos EaD sejam ancorados por um sistema de comunicação que proporcione aos alunos solucionar rapidamente diversas questões sobre o material didático e seus conteúdos, e também questões relativas à orientação educacional, criando articulações entre alunos e professores tutores, sendo que estas interações devem ser incentivadas e garantidas, principalmente em cursos à distância, de forma a contribuir para evitar o isolamento e incentivar a interação do grupo no processo educativo.

Nos cursos EaD, o aluno deve ser o centro do processo educativo, e a interação deve ser contemplada por um sistema de tutoria e um ambiente virtual que atenda as necessidades educacionais dos alunos, prevendo vias de comunicação entre os todos os agentes do processo educacional, para que este processo não perca sua qualidade por conta do isolamento, o que é apontado como umas das principais causas de evasão escolar em cursos a distância (BRASIL, 2007).

O Referencial de qualidade nacional (2007) enfatiza que o Material Didático para os cursos EaD devem ter seus conteúdos desenvolvidos de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos caracterizados no projeto pedagógico, com o intuito de facilitar a aquisição e a construção dos conhecimentos e a comunicação entre alunos e professores, sendo capaz de desenvolver habilidades e competências específicas, com o auxílio de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto social e econômico dos alunos.

Em todas as modalidades de ensino existem dois modelos de avaliação, uma de aprendizagem e outra institucional. O modelo de avaliação da aprendizagem serve para auxiliar o aluno a desenvolver mais habilidades cognitivas e atitudes que façam com que ele alcance os objetivos propostos. A avaliação da aprendizagem deve ser composta por um processo contínuo que deve verificar a progressão dos alunos e incentivá-los à construção de novos conhecimentos, articulando diferentes mecanismos que proporcionem o acompanhamento do aluno para que seja possível identificar as dificuldades enfrentadas por eles alunos e saná-las durante o processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2007).

De acordo com o Referencial de Qualidade Nacional (2007) em cursos EaD as avaliações da aprendizagem devem ser realizadas por meio de avaliações à distância e avaliações presenciais, sendo que nas presenciais é realizado o controle de frequência, conforme o Decreto 9.057/2017, que estabelece “obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação”. O planejamento dos encontros presenciais obrigatórios deve ser definido com clareza, como também os estágios obrigatórios previstos em lei e as defesas de trabalhos de conclusão de curso.

Segundo o Referencial de Qualidade EaD (2007) as instituições de ensino a distância devem programar sistemas de avaliação institucional, incluindo ouvidoria, planejando sistemas de avaliação que sejam capazes de produzir significativas melhoras com relação à qualidade e oferta de cursos EaD visando o pleno aprendizado durante o processo pedagógico. A avaliação deve favorecer a evolução dos sistemas de gestão e pedagógico, envolvendo toda a comunidade escolar e seus membros, a fim de produzir melhorias visando à qualidade do processo pedagógico.

Uma instituição de ensino a distância necessita da mobilização de recursos humanos, educacionais, de infraestrutura material suficiente para atender a todos os estudantes, incluindo ferramentas tecnológicas disponíveis e acessíveis a todos, resultando em grande investimento por parte da instituição. A denominada infraestrutura material é referente aos equipamentos tecnológicos utilizados de acordo com a proposta de cada curso, com o intuito de promover suporte aos alunos, tutores e professores (BRASIL, 2007).

Finaliza-se esta seção, considerando que em nosso país existem diferentes modelos de oferta de curso a distância, sendo que o referencial de qualidade foi criado para delinear as instituições e consolidar os diferentes modelos de cursos ofertados, destacando que o surgimento de referenciais de qualidade ocorreu por meio da avaliação realizada pelo MEC em distintos programas de educação a distância, buscando configurar os programas para que todos atendam os requisitos de qualidade almejados por todos.

2.2 A QUALIDADE DA EaD FRENTE AO REFERENCIAL DE QUALIDADE NACIONAL

No princípio a EaD pode ter provocado insegurança e resistência, como destaca Netto, Giraffa e Faria (2010), tanto por parte dos alunos quanto dos professores, pelo fato do

conceito do ensino nessa modalidade muitas vezes estar associado a um ensino “fraco” ou menos eficaz.

Essa suposta resistência apresentada por muitos alunos e professores, a respeito da EaD, está relacionada diretamente à baixa qualidade dos cursos ofertados por instituições sem o credenciamento específico para atuar com o ensino a distância e, também por instituições que, apesar de credenciadas, não têm uma preocupação com a aprendizagem efetiva de seus alunos (NETTO, GIRAFFA e FARIA, 2010).

Em muitas instituições de ensino a distância, ocorre ausência de acompanhamento pedagógico e, também, de compromisso com uma formação de qualidade para seus alunos, pois visam apenas ao lucro e à distribuição de diplomas em curto prazo (SOMMER, 2010).

Segundo Preti (2001, p. 33),

Muitos desses cursos de formação em serviço são "de qualidade duvidosa", denunciados como verdadeiras "fábricas de diplomas" e que se apresentam "como uma forma de aligeirar e baratear a formação". Por isso, a EaD "tende a ser pensada mais como uma política compensatória (...) dirigida a segmentos populacionais historicamente já afastados da rede pública de educação superior".

De acordo com Netto, Giraffa e Faria (2010), a qualidade da EaD é colocada em dúvida por conta de instituições não qualificadas e de denúncias realizadas sobre as ofertas destes cursos. O MEC vem tomando algumas atitudes para tentar conter a abertura e o funcionamento de cursos de baixa qualidade, principalmente quanto ao sistema de franquias, por meio da avaliação dos polos de apoio presencial.

O marco regulatório para a Educação a Distância (EaD) no Brasil tem passado por constantes e recentes mudanças, revisões e aperfeiçoamentos. É grande e louvável o esforço do Ministério da Educação (MEC) para tentar dar conta de uma realidade que tende a mudar o panorama educacional brasileiro, reflexo do que acontece em boa parte dos países onde as atuais Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são adotadas em maior escala pela população. (SATHLER, 2008, p. 2).

Os cursos na modalidade à distância devem visar à qualidade, compreendendo as categorias que envolvem os aspectos pedagógicos, recursos humanos e toda a infraestrutura da instituição, não podendo faltar no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição superior EaD as concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; os Sistemas de Comunicação; Material didático apropriado; Avaliação; Equipe multidisciplinar; Infraestrutura de apoio; Gestão Acadêmico-Administrativa e Sustentabilidade financeira (BRASIL, 2007).

De acordo com Netto, Giraffa e Faria (2010, p. 43),

Cabe salientar que a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância possui um modelo oficial homologado pela SEED/MEC com características semipresenciais, com encontros presenciais mais frequentes. Entretanto, existem propostas de redes privadas de ensino que reduzem de forma significativa o número desses encontros. Atualmente temos um movimento forte capitaneado pelas IES, privadas e comunitárias, para que o governo considere as propostas com percentuais de virtualidade das atividades em mais de 80% dos encontros.

O desenvolvimento da educação a distância, de acordo com o Referencial de Qualidade Nacional EaD (2007), está associado à popularização e à democratização do acesso às novas tecnologias, sendo que o uso inovador da tecnologia aplicada à educação deve estar alicerçado em uma filosofia de aprendizagem que propicie aos alunos efetiva interação no processo de ensino e aprendizagem, incluindo a comunicação no sistema que garanta oportunidades, reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e diferentes formas de construir o conhecimento.

De acordo com Netto, Giraffa e Faria (2010), diante desse cenário de crescimento do Ensino Superior, a grande dúvida que surge está relacionada com a qualidade dessas ofertas e os mecanismos capazes de garantir a qualidade dos cursos realizados nessa modalidade, principalmente cursos de licenciatura, que formam professores e precisa ser de qualidade.

Os constantes avanços das tecnologias redefiniram os conceitos de tempo e espaço geográfico, potencializando a modalidade EaD e viabilizando uma Educação cada vez mais próxima e personalizada. Surge assim, através dessa modalidade de ensino, a possibilidade de propiciar e qualificar a formação de professores, oportunizando formação inicial e continuada, ou seja, oportunidade de estudo para aqueles que querem se tornar professores e para aqueles que já estão em exercício. (NETTO, GIRAFFA e FARIA, 2010, p. 42).

Para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos dos cursos EaD, devem ser ofertadas e disponibilizadas pelas instituições de ensino as condições de telecomunicação, como: telefone, fax, correio eletrônico, videoconferência, fórum de debate pela Internet, ambientes virtuais de aprendizagem, etc., que sejam capazes de promover interação, permitindo assim a maior integração entre os professores, tutores e alunos (BRASIL, 2007).

Em concordância com Netto, Giraffa e Faria (2010), a educação no Brasil vive um importante momento de reflexões sobre como realizar a prática educativa e, também sobre como os programas e políticas públicas realizadas pelo governo estão apostando na EaD como

uma modalidade de ensino que seja capaz de auxiliar a formação de professores e contribuir agregando qualidade para a educação básica.

Segundo Netto, Giraffa e Faria (2010), devido à qualidade de ensino almejada em diversas etapas do ensino, incluindo a educação básica, é que as ofertas de cursos de graduação em licenciatura a distância estão aumentando e tornando-se aliadas no aumento da qualificação profissional. Esta é uma alternativa que pode se adequar às necessidades de formação de professores, por meio da democratização do ensino, pois socializa o acesso à educação para população que não consegue frequentar o ensino presencial.

A EaD tem se tornado um caminho diferente para a ação didático-pedagógica, que acaba impactando nas diversas formas de pensar estruturas e práticas que há muitos anos estão enraizadas. É preciso que a sociedade se organize para acrescentar diferentes olhares e perspectivas ao ensino a distância, de forma construtiva e aberta, com o intuito de fortalecer a modalidade, visando a sua qualidade e ampliando a sua participação para o desenvolvimento sustentável nacional (SATHLER, 2008).

Entre 2000 e 2006, o número de Instituições de Ensino superior, que oferecem graduação a distância no Brasil, aumentou mais de 1.000%, levando mais de 2 (dois) milhões de brasileiros a utilizarem a Educação a Distância, segundo a ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância). (NETTO, GIRAFFA e FARIA, 2010, p. 9).

Concordando com a fala de Netto, Giraffa e Faria (2010), a perspectiva é que a EaD continue aumentando o seu número de adeptos, passando a contribuir cada vez mais com a ampliação da oferta no ensino superior, principalmente em cursos de licenciatura. Mas para que este aumento ocorra visando à qualidade educacional é preciso que sejam estabelecidos critérios e objetivos de aprendizagem a serem atingidos, como por exemplo, a definição de estratégias docentes adequadas e eficazes e um ambiente que propicie a formação e qualificação profissional de forma qualitativa, elevando o bom desempenho dos cursos EaD.

3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PELA MODALIDADE DE ENSINO EaD

Existem atualmente projetos e políticas públicas para facilitar o acesso ao ensino superior em universidades públicas, privadas e em todos os institutos de educação existentes, visando a garantia ao acesso à formação inicial (graduação) e à especialização de professores. De acordo com Garcia e Malacarne (2014), revigoram debates em relação à aceitação ou não

da EaD na formação de professores, sendo que ocorrem críticas com relação à forma inadequada como esta modalidade de ensino aparece na legislação, ressaltando fatores como o baixo número de encontro presenciais e a falta de preparo dos professores tutores.

Garcia e Malacarne (2014) defendem que por mais que a educação a distância esteja se expandindo para proporcionar oportunidade de estudar a toda população de forma igualitária, existem questionamentos sobre a adoção indiscriminada dessa modalidade como política pública, principalmente no que diz respeito à formação de professores e à repercussão em sua prática docente.

De acordo com a história do ensino no Brasil, é possível notar que sempre existiu uma demanda por qualificação profissional, mais especificamente de professores, pois a sociedade vive constantes mudanças todos os dias, e caminha rumo à construção de formas de ensino diferenciadas, que sejam capazes de atender as necessidades da atualidade, incentivando o uso de novas tecnologias como métodos de ensino, e também utilizando novas modalidades de ensino como a EaD como ferramenta auxiliadora no processo de formação de novos profissionais e principalmente na formação continuada de profissionais já atuantes.

3.1 A EXPANSÃO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES PELA MODALIDADE EaD

A educação fornecida na atualidade e o trabalho desenvolvido por meio de novas modalidades de ensino pode nos levar a pensar na necessidade de se buscar novas oportunidades que consigam atender as demandas da sociedade atual. Considerando os diferentes aspectos presentes em nossa sociedade é possível notar a necessidade de novos sistemas e modalidades de ensino que atendam as demandas e exigências desta sociedade moderna, favorecendo desta forma a formação e qualificação profissional. De acordo com Romanowski (2007, p. 39):

Para o exercício profissional, pressupõe-se uma formação: o saber provido de conhecimento específico caracteriza-se como um profissional do conhecimento; portanto a qualidade de sua ação exige um longo período de formação em conhecimento especializado [...] A profissionalização é um processo permanente de construção e não se restringe à aquisição, é uma conduta. O reconhecimento social depende de inúmeros aspectos e envolve o próprio professor, a comunidade dos alunos e pais [...].

A formação ofertada pelas instituições educacionais, presenciais e EaD, necessita de um olhar referente às novas exigências de ordem social, sendo necessário se pensar em reformas no sistema de ensino, que atualmente estabelecem novos rumos para os cursos de formação de professores, sendo que o professor necessita ser formado para conseguir atender as diferentes exigências da sociedade atual (PRETI, 2001).

Para Benakouche (2000), o aumento na demanda por cursos EaD tem ocorrido com maior frequência devido à imediata necessidade de qualificação profissional e, também, em decorrência das exigências por parte das instituições públicas brasileiras para atender as determinações da LDB, que determina que em 10 anos todos os professores do país devem possuir nível superior.

A formação de professores em relação à expansão da educação básica, apresenta defasagens, pois, além do *déficit* histórico de professores devidamente formados exige-se uma maior expansão dos cursos de licenciatura. O número de matrículas nos cursos de licenciatura apresenta índices ligeiramente superiores nas instituições públicas (ROMANOWSKI, 2007 p. 91).

Na opinião de Van der Liden (2011), a falta de vagas para formação de professores em instituições públicas acabou por impulsionar a procura pelo ensino à distância, ofertado em instituições privadas, por parte dos professores que já atuam na área, mas sem possuir a formação exigida atualmente.

Segundo Romanowski (2007, p. 99),

A LDB determina, no art. 62 que a formação de docentes para atuar na educação básica seja realizada em nível superior, de graduação plena, em universidades e instituições de educação. No Brasil, há um número significativo de professores em atividade que não tem essa titulação. O que gera um desafio para as secretarias de educação e uma dificuldade para esses professores.

A precariedade existente na formação de professores é destacada quanto à necessidade de haver programas de formação continuada, o que poderia proporcionar uma melhora significativa na formação destes profissionais. Ressalta-se que a formação inicial pode, apenas de forma excepcional, ocorrer na modalidade EaD para os profissionais da educação em exercício, caso estes não possuam acesso a cursos presenciais, e a oferta deve ser desenvolvida sob rígida regulamentação, acompanhamento e avaliação (SOMMER, 2010 *apud* CONAE, 2010, p. 83).

[...] A qualificação acadêmica dos professores de EaD é de mesma natureza das exigências para a educação presencial. Portanto o professor deverá possuir titulação compatível para atuar nos cursos a distância. [...] Na expansão da formação em serviço dos professores leigos (professores com formação em nível médio), a educação a distância é uma das modalidades que as instituições de ensino superior têm usado na oferta dos cursos de graduação. (ROMANOWSKI, 2007, p. 98).

Dessa forma, conforme evidenciado por Henriques, Aimi e Fedkercher (2008) as políticas relativas à formação e qualificação dos profissionais da área da educação precisam ter prioridade, e estes processos de formação devem ter continuidade e atualização de seus conteúdos, objetivando atingir o maior número de pessoas e por um maior período de tempo. Segundo Romanowski (2007, p. 27), “Vemos, então, que políticas governamentais, tanto na esfera federal quanto nos demais níveis, não contemplam a carreira e a profissionalização dos professores nas condições desejáveis”.

Sommer (2010) ressalta, ainda, que na Política Nacional de Formação e Valorização de Profissionais em Educação, no que diz respeito aos cursos atuais para formação de professores na modalidade EaD, é realizado um diagnóstico negativo em relação a este tipo de formação, pois considera que existem centenas de cursos EaD em diferentes instituições e em diversas localidades que não possuem a aprovação do MEC, que é obrigatória.

Segundo Garcia e Malacarne (2014), muitas pessoas desconfiam da qualidade dos cursos EaD, sendo que em relação à formação inicial de professores, existe dois lados, os que são apenas a favor da educação presencial, criticando severamente a legislação em relação à EaD, e os que são contrários ao seu uso somente na formação inicial de professores, pois alegam que esta modalidade tem características negativas como, cursos de pouca duração, fragmentação no processo de ensino e a precariedade do trabalho docente.

Na formação de professores, o ambiente escolar se caracteriza fundamentalmente por possibilitar relações intersubjetivas; essas são relações essenciais e mediadoras das demais (as relações instrumentais, por exemplo). O que os defensores da educação virtual esquecem ou escondem é o fato de que as pessoas não se satisfazem, não se realizam e, principalmente, não se formam, apenas, com base em relações instrumentalmente mediadas; essas são importantes, mas de modo algum são suficientes (Giolo, 2008, p. 1228).

Por outro lado, existem afirmações positivas sobre a educação e/ou ensino a distância, destacando que a EaD pode oferecer grandes contribuições devido à falta de universidades no Brasil e também favorecer a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência física, facilitando que estudem sem sair de casa. A EaD também é vista por muitos como

fundamental para a democratização do acesso ao ensino superior e para suprir a falta de professores devidamente habilitados (GARCIA e MALACARNE, 2014).

A formação do professor está associada à formação autônoma de cada pessoa, e com o crescimento de cursos de licenciatura pela modalidade de ensino a distância existe a preocupação com o nível de formação destes profissionais, pois em cursos EaD o aprendizado vai depender do nível de dedicação de cada um, diferente dos cursos presenciais, onde ocorre maior interação entre alunos e professores diariamente a respeito dos conteúdos e conhecimentos que estão sendo adquiridos.

O bom professor é aquele que vive profundamente uma experiência cultural e se apropria, sistematicamente, dela e dos meios necessários para proporcionar a outrem a mesma experiência e a mesma apropriação. Nesse conjunto de atividades, o ambiente (o lugar onde as coisas acontecem) e a natureza das relações que ali se constroem não são elementos neutros; são dimensões integrantes e constitutivas do processo. Sobretudo, são decisivas (GIOLO, 2008, p. 1228).

De acordo com Hermida e Bonfim (2006), um ponto considerado positivo na EaD é a possibilidade facilitada de acesso à informação para várias pessoas em diferentes locais. Mas para que essas informações sejam transmitidas com qualidade e possibilitem um processo de ensino e aprendizagem significativo, é necessário que haja habilidades diferenciadas na apresentação dos conteúdos, no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da aprendizagem, analisando as melhores ferramentas de transmissão a serem utilizadas no processo.

Do ponto de vista pedagógico a EaD deve ser encarada como um instrumento de qualificação que traz uma fundamental contribuição ao processo pedagógico e ao serviço educacional. Para confirmar esta afirmação, deve-se analisar seu potencial de utilização na capacitação e atualização dos profissionais da educação e na formação e especialização em novas ocupações e profissões. Nesses dois campos educacionais a EaD teve um crescimento significativo nos níveis médio e superior de ensino. Além disso, a EaD, por suas próprias características, se constitui em canal privilegiado de interação com as manifestações do desenvolvimento científico e tecnológico no campo das comunicações (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 171).

Concordando com Garcia e Malacarne (2014), o crescimento da modalidade de ensino a distância poderá auxiliar na democratização do acesso ao ensino superior, algo a que somente a minoria da população tem acesso. A expansão dos cursos deve ocorrer desde que atenda às qualificações exigidas, pois existem muitos professores desabilitados para atuar na educação básica, sendo um déficit muito grande, e a EaD acaba como uma alternativa de

formação e qualificação, considerando que o Brasil tem dimensões imensas, desigualdades regionais e carências educacionais.

Para Vidal e Maia (2010, p. 12):

A educação a distância apresenta características específicas, rompendo com a concepção da presencialidade no processo de ensino-aprendizagem. Para a EaD, o ato pedagógico não é mais centrado na figura do professor, e não parte mais do pressuposto de que a aprendizagem só acontece a partir de uma aula realizada com a presença deste e do aluno.

De acordo com Hermida e Bonfim (2006) é preciso avaliar as condições de ter a EaD como uma alternativa de democratização do ensino, visto que, para que a educação a distância seja de fato um ensino significativo deve-se ter como objetivo principal a melhoria da sociedade, visando à construção de variados conhecimentos, a criação da autonomia e da consciência crítica do aluno, sendo que para isso é necessário que o professor esteja preparado para ensinar aos seus alunos.

É fundamental que a formação e qualificação de professores seja de qualidade, e para que esta ocorra de maneira significativa, é preciso que os professores tutores atuante na EaD também possuam formação compatível para o exercício da função. De acordo com o decreto 2.494/98, os professores/tutores devem possuir a titulação compatível para atuar na EaD e a qualificação acadêmica dos professores não difere das exigências feitas para os professores do ensino presencial.

O mais importante, independente da modalidade de ensino que o profissional cursar, é que as instituições de ensino formadoras de professores, precisam ter ciência do papel deste profissional e fornecer uma boa formação, voltada para a sala de aula, pois o professor precisa ser qualificado para proporcionar uma aprendizagem significativa a seus alunos, e desta forma a modalidade de ensino frequentada por este profissional acaba refletindo em sua prática docente, alguns de maneira muito positiva e outros nem tanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo foi possível conhecer e compreender melhor a legislação que ampara e assegura o funcionamento da modalidade de Ensino EaD. Por meio da pesquisa foi possível dialogar acerca da formação e qualificação de professores pela

modalidade EaD frente ao Referencial de Qualidade Nacional, visando os aspectos positivos e negativos do processo de ensino e aprendizagem na formação e qualificação de professores.

A expansão do ensino EaD auxiliou de forma positiva e significativa a formação e qualificação docente por oportunizar maiores chances de estudos por conta da flexibilização de locais e horários, sendo responsabilidade do profissional buscar qualificações que agreguem conhecimentos e uma formação de fato qualitativa, capaz de incluir em sua prática diária novas posturas e ferramentas para contribuir na sua atuação cotidiana. É necessário que a qualificação e formação docente sejam realizadas em instituições credenciadas e que o profissional em formação se dedique e adquira uma aprendizagem significativa.

Dialogando também com os aspectos negativos do ensino a distância, é evidenciado como muitas políticas governamentais não contemplam a carreira de formação e qualificação de professores nas condições desejáveis como é especificado na legislação vigente. Então, frente ao Referencial de Qualidade, falta que as instituições de ensino EaD empreguem as mesmas exigências dos cursos presenciais, como cursos com mesma duração em todas as modalidades de ensino, evitando assim, a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, e o funcionamento da instituição sem a aprovação do MEC, como ocorre em muitos casos.

É notório que muitas vezes nos iludimos com o fato de que apenas o ensino presencial prepara o docente para atuar em sala de aula, sem levar em consideração que o empenho e a busca constante por novos conhecimentos por parte dos estudantes é o que de fato traz o embasamento teórico necessário, independente da modalidade de ensino, e que somente por meio da experiência vivenciada na prática, diariamente em sala de aula é que o profissional aperfeiçoa o saber docente.

Na profissão docente os professores devem possuir a consciência da importância da busca por conhecimento e aprimoramento profissional por meio de um processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho, estando em constante aprendizado, buscando atualizar-se e enfatizando a formação continuada essencial para a qualidade da formação e de sua atuação profissional, a qual também é muito utilizada à tecnologia e o ensino EaD, tendo como documento orientador o Referencial Nacional para a Educação a Distância.

Muitos são os questionamentos sobre a qualidade da EaD, por diversos fatores, e com o aprofundamento no Referencial de Qualidade Nacional foi possível perceber que para que ocorra um ensino significativo na modalidade EaD, as instituições precisam respeitar a legislação, e empregar os mesmos estágios curriculares obrigatórios que o ensino presencial,

que são fundamentais para a formação de professores, estes que por sua vez devem buscar uma melhor prática e aperfeiçoamento da prática docente. Do ponto de vista pedagógico a EaD é classificada como um instrumento de qualificação, auxiliando na democratização do ensino superior e buscando atender as necessidades e demandas da sociedade atual.

Após a realização do presente trabalho de conclusão de curso foi possível observar que a EaD é capaz de formar profissionais qualificados para atuar na docência, considerando que a teoria deve ser a mesma empregada no ensino presencial, e a competência do profissional independe da modalidade de ensino. Pode-se concluir que o que qualifica o profissional é sua experiência/vivência prática, sua dedicação aos educandos, o respeito e amor à profissão, sem esquecer que a formação continuada é essencial para que o profissional consiga exercer com qualidade seu papel de educar e formar cidadãos.

Por fim, é importante destacar a relevância do tema pesquisado ressaltando a necessidade de pesquisas que explorem melhor a formação de professores pela modalidade de ensino a distância e o seu papel no cenário educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Katia Morosov. **Educação a Distância no Brasil: a busca de identidade**. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000119&pid=S0101-7330200200020000800001&lng=es. Acesso em: 27 fev. 2019.

ALTOÉ, Anair; SILVA, Helianada. **O Desenvolvimento Histórico das Novas Tecnologias e seu Emprego na Educação**. Maringá: Eduem, 2005. Disponível em: <http://www.dtp.uem.br/gepia/pde/dhnt.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

BENAKOUCHE, Tamara. **“Educação à Distância (EAD): Uma solução ou um problema?”**. Rio de Janeiro, 2000. Artigo disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp005.pdf>. Acesso em 02 mar. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura (MEC). Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em 02 mar. 2019.
_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 02 mar. 2019.

BRASIL. **Secretaria de Educação a Distância**. SEED-MEC. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34524-secretaria-de-educacao-a-distancia-seed>. acesso em: 17 maio. 2019.

_____. **Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Senado Federal. **Decreto 9.057**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em 05 abr. 2019.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Paulo Sérgio; MALACARNE, Vilmar. **Educação a Distância no Brasil: A Visão de um Grupo de Professores**. São Paulo, 2014. Artigo disponível em: <http://atlante.eumed.net/wp-content/uploads/educacion-brasil.pdf>. Acesso em 30 mar. 2019.

GIOLO, Jaime. A Educação a Distancia e a Formação de Professores. São Paulo, 2008. **Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13>. Acesso em 28 jan. 2019.

HENRIQUES, Cecília Machado; AIMI, Daniela da Silva; GIORDANI, Estela Maris; FELDKERCHER, Nadiane. **Implicações dos profissionais envolvidos nas práticas pedagógicas em educação a distância**. Revista Paidéi@, UNIMES VIRTUAL, Volume 1, número 2, dez.2008. Disponível em: <http://revistapaideia.unimesvirtual.com.br>. acesso em: 19 abr. 2019.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A educação à distancia: história, concepções, perspectivas**. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf. Acesso em 28 jan. 2019.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

NETO, Samuel de Souza *et al.* **A Escolha do Magistério como profissão.** São Paulo, 2007. IX CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES - 2007 UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO. Artigo Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:FC5tnHgCROwJ:www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%25209/omagisterio.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 15 abr. 2019.

NETTO, Carla; GIRAFFA, Lucia; FARIA, Elaine. **Graduação a Distância e o desafio da qualidade.** Porto Alegre, Editora EdipucRS, 2010. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs/graduacoes.pdf>. Acesso em 30 Nov. 2018.
PRETI, Oreste. A Formação do Professor na Modalidade a Distância: (des) construindo metanarrativas e metáforas. Brasília, **R.bras.Est.pedag.V.82**, 2001. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/412>. Acesso em 27 fev. 2019.

PRETI, Oreste. A Formação do Professor na Modalidade a Distância: (des) construindo metanarrativas e metáforas. Brasília, **R.bras.Est.pedag.V.82**, 2001. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/915/890>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente.** 3 ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

SATHLER, Luciano. Referenciais de qualidade para a Educação superior a distância: Desafios de uma caminhada regulatória. Colabor@ - **Revista digital da CVA – Ricesu**, ISSN 1519-8529, volume 5, número 17, 2008. Disponível em: <http://www.pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/3/3>. Acesso em 30 mar. 2019.

SERAFINI, Alessandra Menezes dos Santos. **A Autonomia do aluno no contexto da Educação a Distância.** Minas Gerais, 2012. Artigo disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/artigo-031.pdf>. Acesso em: 20 Mai. 2019.

SOMMER, Luís Henrique. **Formação inicial de professores a distância: Questões para Debate.** Brasília, Editora: Em Aberto, 2010. Artigo disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1787/1351>. Acesso em 29 jan. 2019.

VAN der LINDEN, Marta Maria Gomes. Histórico da Educação a Distância. IN DINIZ, Ester de Carvalho; LIDEN, Marta Maria Gomes Van Der; FERNANDES, Terezinha Alves. **Educação a Distância: coletânea de textos para subsidiar a docência on-line.** João Pessoa, Universitária – UFPB, 2011. pp.13-18 Disponível em http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/educaao_a_distancia_coletanea_de_textos_para_subsidiar_a_docancia_online_1330089617.pdf. Acesso em 16 mai. 2019.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e palavra.** In L. S. Vigotski. A construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1934).